

INDICADOR DE POBREZA AUTO-DECLARADA:  
DISCUSSÃO E RESULTADOS PARA A  
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO EM 1998<sup>1</sup>

Paulo de Martino Jannuzzi<sup>2</sup>

**Resumo:** estudos realizados a partir dos anos 80 tem procurado mensurar a pobreza no Brasil a partir de três perspectivas diferentes: os que dimensionam a pobreza como expressão da insuficiência de renda disponível para consumo de uma cesta de produtos e serviços básicos; as análises ancoradas na percepção da pobreza como a não satisfação de necessidades básicas monetárias e não monetárias dos indivíduos; os estudos que tomam a pobreza como fenômeno de privação relativa e não absoluta de renda ou de outras dimensões socioeconômicas. Este texto têm o propósito de apresentar alguns indicadores baseados na autodeclaração de pobreza, obtidos na Pesquisa de Condições de Vida de 1998 na Região Metropolitana de São Paulo, comparando-os com outras dimensões “mais objetivas” do fenômeno e trazendo evidências empíricas que podem ser úteis para subsidiar o debate sobre esta nova abordagem de estudos de pobreza.

**Palavras-chave:** pobreza; indicadores sociais; condições de vida; Região Metropolitana de São Paulo

**JEL:** I31, I32 e J38

---

<sup>1</sup> Este trabalho deriva dos estudos realizados no âmbito da “Pesquisa de Condições de Vida” de 1998 para a RMSP e do projeto de pesquisa “Acompanhamento Conjuntural da Renda e Pobreza na RMSP nos anos 90”, desenvolvido entre 1997 e 2000 na Fundação SEADE.

<sup>2</sup> ENCE/IBGE e PUC-Campinas

## **Introdução**

Desde meados dos anos 80, têm ganhado relevância os estudos e instrumentos de pesquisa voltados ao levantamento da situação de pobreza, indigência e exclusão social no Brasil. Embora estas temáticas já viessem sendo tratadas nas universidades e figurassem como objeto de investigação estatística e análise nos órgãos ligados ao Planejamento Público desde final dos anos 60, foi a partir da crise e da estagnação econômica na década de 80- e seus efeitos sobre o empobrecimento de diversos segmentos sociais- que estas questões passaram a comparecer com maior frequência e com maior profundidade na literatura acadêmica e na agenda política, passando a disputar a centralidade do debate social com os estudos sobre distribuição de renda e sobre a constituição do mercado de trabalho urbano- temáticas privilegiadas no contexto do aumento generalizado e desigual da renda e do crescimento acelerado da população urbana nos anos 70 (Magalhães 1993, NEPP 1994, PNUD 1991).

Diferentes abordagens analíticas vêm sendo empregadas, desde então, para estudo e mensuração do fenômeno da pobreza. Estes estudos tem se caracterizado em avaliar o fenômeno através de três perspectivas diferentes: os estudos voltados ao dimensionamento da pobreza como expressão da insuficiência de renda disponível para consumo de uma cesta de produtos e serviços básicos; as análises ancoradas na percepção da pobreza como a não satisfação de necessidades básicas monetárias e não monetárias dos indivíduos; e finalmente os estudos que tomam a pobreza como fenômeno de privação relativa e não absoluta de renda ou de outras dimensões socioeconômicas (Jannuzzi 2001).

Pobreza como síndrome da insuficiência de renda parece se constituir na abordagem mais largamente disseminada e empregada para dimensionar a população em situação de pobreza, pelos organismos estatísticos oficiais em nível internacional. Nesta perspectiva metodológica, uma família - unidade de análise preferencial nesta abordagem- é considerada pobre se sua renda disponível ou seu dispêndio total é menor que um dado valor monetário normativamente estabelecido- a linha de pobreza- cujo valor representaria o custo de todos os produtos e serviços considerados básicos para satisfazer as necessidades de

sobrevivência e consumo de todos os membros da família (Feres & Leon 1990, Beccaria *et al.* 1998). O conjunto de necessidades a atender, o grau de satisfação mínimo, assim como a escolha dos produtos e serviços adequados à satisfação destas necessidades podem apresentar grande variabilidade internacional, especialmente entre, de um lado, países desenvolvidos, onde a universalização do acesso a alguns produtos e serviços básicos já foi atingido há muito tempo, e de outro, países do Terceiro Mundo, onde considerável parcela da população não tem sequer acesso a recursos mínimos para garantir alimentação adequada. Para garantir comparabilidade e consistência metodológica nos resultados, a CEPAL tem patrocinado, já a algum tempo, diversos estudos para dimensionar a intensidade de pobreza nos países latino-americanos (CEPAL 1996). No Brasil, os estudos baseados em linhas de pobreza têm tido uma larga difusão nos meios acadêmicos e na Administração Pública, como o revelam os trabalhos de Rocha (1988, 1996), IPEA (1990) e Árias (1996) entre outros. No âmbito do projeto da Pesquisa de Condições de Vida da F.Seade também se tem realizado avaliações da intensidade de pobreza segundo esta perspectiva (Seade 1992b, Jannuzzi 2000).

A abordagem NBI- pobreza como resultado de um conjunto de necessidades básicas insatisfeitas- representa uma concepção complementar à da pobreza como insuficiência de renda, na medida em que identifica as famílias sujeitas à privação absoluta de patamares mínimos - também normativos- de bens e serviços (públicos e privados) necessários a sobrevivência. Acesso a água potável, esgotamento sanitário, tipo de habitação, alimentação em quantidade e diversidade adequada, grau de assistência escolar compõe algumas das dimensões passíveis de avaliação através desta abordagem. Esta abordagem analítica tem sido recomendada por organismos internacionais em função da possibilidade de identificação de carências específicas e de grupos-alvo para intervenção da política social, além de permitir o emprego de bases de dados censitárias amplamente desagregáveis (Lustosa & Landen 1998). Esta perspectiva permitiria a incorporação de dimensões estruturalmente associadas à pobreza em sua mensuração, das quais a baixa disponibilidade de renda- avaliada conjuntamente nos estudos baseados em linhas de pobreza- seria uma consequência. Paradigmáticos desta abordagem analítica no Brasil são os estudos de Lopes (1993), Lustosa & Figueiredo (1990), e

aqueles desenvolvidos no âmbito do projeto Pesquisa de Condições de Vida (Seade 1992c, Seade 1994).

O conceito de pobreza relativa refere-se a desigualdade do acesso dos indivíduos e famílias a bens e serviços ou de disponibilidade de renda. Não se trata de quantificar os indivíduos que não dispõem de determinado nível de renda para consumo de uma cesta de produtos- como na abordagem da linha de pobreza- ou que não têm acesso a um padrão mínimo de habitação e serviços públicos – como na perspectiva da NBI- mas de avaliar a forma como se distribuem os recursos públicos e privados – na forma de renda, bens ou serviços- pela sociedade, e como são apropriados pelos estratos de rendimento mais baixo. Em geral, os pobres são tomados como os indivíduos que integram os decis de renda per capita mais baixa ou aqueles que integram os grupos de acesso mais precário a bens ou serviços. É uma perspectiva mais adequada a países desenvolvidos, onde os níveis mínimos de subsistência estão garantidos para parcela majoritária da população, e onde, portanto, a ênfase da política social se orienta na redução da desigualdade social entre grupos populacionais. No Brasil, esta abordagem tem sido menos adotada nos estudos explicitamente voltados à análise e quantificação da pobreza, embora se possa encontrar diversas contribuições importantes na extensa bibliografia sobre distribuição de renda no país (Hoffmann & Kageyama 1984, Barros *et al.* 1995, Hoffmann 1998, Dini *et al.* 1999).

Cada abordagem parte de diferentes definições normativas ou operacionais de pobreza, requerendo um conjunto de informações específicas, submetidas a procedimentos metodológicos também bastante particulares. Em uma perspectiva metodológica os três enfoques se baseiam em dados sobre características socioeconômicas dos indivíduos, famílias e domicílios, levantados em pesquisas amostrais ou Censos Demográficos. Naturalmente, embora convirjam na identificação de grupos em piores condições de vida, conduzem a estimativas diferentes de intensidade e gravidade do fenômeno.

Além dessas abordagens analíticas, começa a ganhar importância dentro das instituições de pesquisa brasileiras os estudos de pobreza baseados na construção de indicadores derivados de quesitos de auto-declaração de pobreza, denominados por alguns autores como os estudos de pobreza subjetiva. Tal abordagem já vem sendo empregada há pelo menos duas décadas lá fora, pelo que

colocam Houriez & Legris (1998). Nos primeiros trabalhos e nos mais atuais voltados ao dimensionamento da pobreza auto-declarada em países em subdesenvolvimento, a pobreza é dimensionada a partir da resposta dos entrevistados a quesitos relacionados à capacidade de cobrir gastos para manutenção do domicílio e os custos correntes da vida cotidiana, como ilustra o trabalho comparado de pobreza na França e Eslovênia de Fall *et al.* (1998). Em estudos mais recentes, como as patrocinadas pelo Eurostat (1998) nos países europeus mais desenvolvidos, o escopo de informações para caracterizar o fenômeno é mais amplo, abordando quesitos relacionados ao nível de satisfação de necessidades básicas, mas também de necessidades e aspirações sócio-culturais (Vide quadro 1).

No Brasil, pelo menos em grande escala, a primeira vez que este enfoque analítico foi objeto de investigação foi através da Pesquisa de Padrão de Vida do IBGE em 1996, quando foram levantados quesitos de pobreza auto-declarada em localidades do Nordeste e do Sudeste. O questionário dispunha de vários quesitos opinativos para o chefe de domicílio, possibilitando o dimensionamento da pobreza e do grau de satisfação com as condições de vida segundo várias estratégias. Além de questionar o chefe sobre a renda familiar mensal necessária para sobrevivência, perguntou-se sua avaliação subjetiva com relação ao grau de satisfação das condições de escolaridade, saúde, habitação e outras dimensões das condições de vida dos membros de sua família.

De forma bem mais modesta, a pobreza auto-declarada foi também investigada através da Pesquisa de Condições de Vida de 1998 na Região Metropolitana de São Paulo (Seade 1998). Este texto têm o propósito de apresentar alguns resultados acerca da pobreza auto-declarada obtidos nessa última pesquisa, comparando-os com outras dimensões “mais objetivas” do fenômeno. O texto têm um propósito claramente exploratório, trazendo evidências empíricas que podem ser úteis para subsidiar o debate sobre esta nova abordagem de estudos de pobreza, sua validade em caracterizar o fenômeno e sua relevância para formulação de políticas públicas voltadas à questão.

Como pode ter ficado claro nesta introdução, adota-se o termo “pobreza auto-declarada” ao invés de “pobreza subjetiva” para designar a linha de estudos de dimensionamento e caracterização do fenômeno baseados nas respostas a quesitos relacionados à

capacidade de cobrir custos de manutenção domiciliar e/ou individual. O adjetivo “subjetiva” parece pouco adequado para qualificar respostas a quesitos tão “objetivamente” formulados e focados, diferentemente do que acontece em estudos de Qualidade de Vida numa perspectiva qualitativa, em que os indivíduos são instados a revelar suas avaliações subjetivas quanto à vida pessoal, familiar e societal, tão em voga nos países desenvolvidos (Diener & Suh 1997, Eckersley 2000). Pode-se argumentar que o termo “auto-declarada” também não é apropriado, já que não se trata, de fato, de classificação de pessoas em grupos ou em uma escala de pobreza a partir de perguntas do tipo “O Sr. e sua família se consideram pobres?” ou “O Sr. e sua família se consideram muito pobres, pobres, não pobres mas com dificuldades ou definitivamente não pobres ?” . Entre um e outro termo, na falta de um melhor, adota-se aqui o último: pobreza auto-declarada.

### **1. Os quesitos de pobreza auto-declarada na PCV/98**

Pobreza e condições de vida são temáticas de estudo sistemático na F. Seade desde os anos 80, culminando, em 1990, com a criação e a realização da Pesquisa de Condições de Vida (PCV) na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Em 1994 e 1998 a pesquisa voltou a ser realizada, contemplando não apenas a RMSP, mas parcela crescente dos centros urbanos do interior do estado. Desde suas origens, esta pesquisa tem o objetivo de permitir uma avaliação abrangente das condições de vida da população paulista, levantando quesitos não apenas relacionados às fontes de rendimento, mas também- e principalmente- sobre as características da inserção ocupacional dos indivíduos, da situação educacional da população, do acesso a serviços de saúde, das condições habitacionais e de infra-estrutura urbana (Seade 1992a). Em 1998, além do aprofundamento na coleta de informações relacionadas ao acesso a programas sociais e a outras fontes não usuais de rendimentos, levantou-se na PCV dados para estudos de pobreza auto-declarada.

Por questões operacionais- de disponibilidade de espaço no questionário, de tempo e entendimento das entrevistas de pré-teste realizadas em campo- levantou-se apenas quatro quesitos de informação sobre a questão, voltadas a identificar eventuais

dificuldades de pagamento de despesas correntes com alimentação, aluguel ou prestação da moradia, contas de água, luz e gás, prestações de bens duráveis adquiridos a prazo (Anexo 1).

**Tabela 1: Declaração de insuficiência de renda para pagamento de despesas domiciliares selecionadas segundo classes de renda familiar per capita, Região Metropolitana de São Paulo 1998 (em %)**

Classes de renda	Dificuldades de pagamento de despesas relativas a			
	(1)	(2)	(3)	(4)
Até 100	31,1	26,2	24,5	32,8
Mais de 100 a 200	18,8	16,7	14,4	22,7
Mais de 200 a 500	13,3	17,1	10,2	20,4
Mais de 500	4,5	6,7	3,2	14,4
Total	14,5	14,5	11,1	20,5

(1) alimentação; (2) aluguel/prestação; (3) luz, água, gás; (4) prestação de bens duráveis

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida

Com todas as restrições metodológicas que se possa levantar com relação a confiabilidade das respostas a estas perguntas, os resultados parecem bastante consistentes quando analisados à luz de outras variáveis socioeconômicas mais “objetivas”. Como mostra a tabela 1, 14,5 % dos chefes de família declararam não dispor de recursos para custear as despesas com alimentação; outra parcela de igual tamanho revelou não conseguir pagar despesas com aluguel ou prestação; cerca de 11 % não conseguiu cobrir gastos de manutenção da moradia e quase 21% teve problemas para pagar prestações de bens duráveis. Entre as famílias de renda mais baixa, as cifras correspondentes se mostram expressivamente mais altas, como era de se esperar. Veja-se, neste sentido que, quase um terço das famílias com renda até R\$ 100,00 per capita declarou não dispor de recursos suficientes para custear as despesas com alimentação.

Também são igualmente elevadas entre estas famílias, a proporção que declarou dificuldades de pagamento de aluguel/prestação SFH (26 %), contas de água, luz, gás (25%) ou prestações mensais de bens duráveis adquiridos (33 %). Entre as famílias de maior renda, a incapacidade declarada de pagamento dessas despesas é significativamente mais baixa, ainda que parte significativa das mesmas revelasse dificuldades de pagamento de prestações de bens duráveis (14% das famílias com renda acima de 500 reais per capita).

A análise da resposta a esses quesitos segundo outros recortes socioeconômicos ou demográficos também corrobora a consistência dos resultados empíricos (Tabela 2). Como era de se esperar, seja por dispor de renda mais baixa ou pelos gastos adicionais decorrentes de um maior número de “comensais” ou pagamento de aluguel, a proporção de famílias com dificuldades de pagamento de despesas – de qualquer tipo- é, em geral, comparativamente mais alta entre as famílias com chefe desempregado, famílias residentes em cortiços ou barracos, famílias residentes em moradias alugadas, famílias com 5 ou mais membros, famílias chefiadas por mulheres, famílias com “ninho cheio” (casal e filhos em idade escolar).

## **2. Escala de pobreza auto-declarada: proposta e validação empírica**

A consistência empírica dos resultados apresentados anteriormente parece garantir a viabilidade de construir uma escala de graduação de pobreza auto-declarada, combinando os quesitos de forma apropriada. Na base da escala estaria o grupo daquelas famílias “*em situação crítica*”, sem recursos sequer para, na declaração dos chefes das mesmas, cobrir seus gastos com alimentação (ainda que dissessem possuir recursos para as demais despesas, algo pouco factível, como revelaram os dados empíricos). Aquelas famílias que declararam ter recursos para arcar com as despesas com alimentação mas revelaram ter tido dificuldades de pagar o aluguel, prestação ou qualquer despesa de manutenção da moradia (água, luz ou gás) seriam as “*em situação precária*”. As famílias “*em situação de dificuldade*” seriam aquelas que, não classificáveis nas situações anteriores, tiveram dificuldades de honrar os compromissos com prestações mensais. As demais

famílias constituiriam o grupo das “*sem dificuldades aparentes de pagar despesas correntes básicas elencadas*”

**Tabela 2: Declaração de insuficiência de renda para pagamento de despesas domiciliares selecionadas segundo alguns grupos socioeconômicos ou demográficos (em %) Região Metropolitana de São Paulo 1998 (em %)**

Grupos familiares definidos pelas características do chefe ou família	Dificuldades de pagamento de			
	(1)	(2)	(3)	(4)
Famílias com Chefe desempregado	30,5	40,0	25,4	36,8
Famílias residentes em Cortiços	21,9	18,1	17,1	26,3
Famílias com 5 ou mais membros	21,5	19,4	17,1	24,5
Famílias chefiadas por mulheres	18,2	19,6	14,0	26,8
Famílias resid em casas alugadas	17,1	14,3	12,7	24,2
Famílias residentes em Barracos	18,0	23,9	11,5	21,5
Famílias com ninho cheio (5)	15,4	14,2	12,5	23,0
Total	14,5	14,5	11,1	20,5

(1) alimentação; (2) aluguel/prestação; (3) luz, água, gás; (4) prestação de bens duráveis (5) famílias com chefes na faixa etária de 25 a 39 anos

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida

Com estas definições operacionais, esse último grupo, “*sem dificuldades aparentes*”, compreenderia cerca de 75% das famílias da RMSP. Vale lembrar que estas famílias não declararam viver sem dificuldades nenhuma, mas que os rendimentos recebidos pelos membros da família foram suficientes para pagamento das despesas relacionadas no questionário. Já no outro extremo da escala de dificuldade de pagamento, as famílias *em situação crítica* -que declararam não dispor de recursos para cobrir os gastos com alimentação- totalizariam 14,5% do total. *Em situação precária* e *Com dificuldades* estariam, respectivamente, 6,0% e 4,5% das famílias residentes na região.

**Tabela 3: Distribuição dos grupos de pobreza auto-declarada segundo características do chefe ou da família Região Metropolitana de São Paulo, 1998 (em %)**

<b>Pobreza auto-declarada</b>	(1)	(2)	(3)	(4)	Total
<b>Sexo do chefe</b>					
Masculino	70,4	70,8	75,8	78,3	76,6
Feminino	29,6	29,2	24,2	21,7	23,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Cor/raça do chefe</b>					
Branca	64,7	61,9	67,8	71,1	69,4
Preta ou parda	33,8	36,3	31,2	25,7	27,8
Outra/sem informação	1,5	1,9	1,0	3,1	2,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Tamanho da família</b>					
1 pessoa na família	11,2	8,4	8,6	8,0	10,5
2 pessoas na família	16,2	16,4	19,7	20,4	19,6
3 a 4 pessoas na família	41,6	45,7	47,5	48,4	47,2
5 ou mais pessoas	31,0	29,5	24,2	20,5	22,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Condição de atividade e ocupação</b>					
Desempregado	16,9	15,4	7,7	5,5	7,8
Ocupado	55,4	69,1	79,2	72,0	69,8
Inativo	27,7	15,5	13,1	22,5	22,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(1) situação crítica; (2) situação precária; (3) em dificuldades; (4) sem dificuldades

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida

A análise de algumas características demográficas e socioeconômicas destes quatro grupos corrobora o que poderia esperar de uma escala consistente de nível de percepção de pobreza. Assim, famílias com chefia feminina, com chefia negra, de 5 ou mais membros e com chefe desempregado ou inativos estão mais sobre-representadas nos dois grupos de famílias auto-declaradas com

maior dificuldades de pagamentos. É interessante observar que a proporção de pessoas sós dentro as famílias em situação crítica é relativamente maior que nos demais grupos, o que poderia decorrer de uma maior parcela de mulheres idosas nesse grupo<sup>3</sup>.

A comparação dos resultados apresentados com os obtidos a partir de um indicador objetivo de pobreza (definido com base na abordagem de pobreza como insuficiência de renda), apresentado em trabalho anterior (Jannuzzi 2000), revela uma associação significativa entre as duas escalas de pobreza<sup>4</sup>. Era de se esperar que assim acontecesse, pelos resultados apresentados na seção anterior, pela forma de construção das escalas e pelos achados de outros trabalhos sobre “pobreza subjetiva” em âmbito internacional (Ravelosoa 2000). Como se pode verificar na Tabela 4, pouco mais de um terço dos indigentes (sem rendimentos para se alimentar adequadamente) estariam classificados em “*situação crítica*” e menos de 10% das famílias não vulneráveis estariam nesta categoria. Em outra perspectiva, como mostrada na Tabela 5, enquanto 17% das famílias em “*situação crítica*” são classificados normativamente como indigentes, menos de 5% das classificadas como “*sem dificuldades aparentes*” têm renda familiar per capita menor que o valor da linha de indigência.

---

<sup>3</sup> O erro-amostral das estimativas obtidas para este grupo não permite avançar no teste dessa e outras hipóteses.

<sup>4</sup> No trabalho referido, as famílias foram classificadas em quatro estratos de vulnerabilidade, segundo a disponibilidade de renda familiar per capita. Assim, uma família foi considerada indigente se não dispusesse de recursos para comprar uma cesta básica de alimentos ao preço, em setembro de 1998, de R\$ 62,26 (linha de indigência). As “mais vulneráveis à indigência” seriam as famílias com rendimento per capita até o dobro da linha de indigência; as “menos vulneráveis” seriam aquelas com renda per capita situada entre o dobro e o triplo da linha de indigência. As não vulneráveis teriam rendimento per capita acima de 3 vezes o valor da linha de indigência.

**Tabela 4: Escala de pobreza auto-declarada e pobreza como insuficiência de renda Região Metropolitana de São Paulo 1998 (em %)**

Estrato de vulnerabilidade	(1)	(2)	(3)	(4)	Total
Indigentes	36,2	11,0	3,0	49,8	100,0
Vulneráveis à indigência	25,6	7,6	4,5	62,3	100,0
Menos vulneráveis à indigência	17,7	9,4	2,8	70,1	100,0
Não vulneráveis	9,4	5,0	5,1	80,5	100,0
Total	14,5	6,0	4,5	75,0	100,0

(1) situação crítica; (2) situação precária; (3) em dificuldades; (4) sem dificuldades

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida.

Estas tabelas mostram que, embora haja associação entre as duas escalas<sup>5</sup>- escala “subjéitiva” de pobreza auto-declarada e escala “objetiva” derivada da comparação entre renda per capita e a linha de pobreza normativa- as duas abordagens para estudo da pobreza levam a resultados distintos quanto a intensidade e caracterização do fenômeno na Região Metropolitana. Afinal, como já observado, uma parcela de 14,5% de famílias declararam-se com dificuldade de cobrir os gastos com alimentação (*em situação crítica*), enquanto que, por trabalho anterior já citado (Jannuzzi 2000), a proporção de famílias em condição de indigência- isto é, com renda per capita inferior ao custo da cesta básica normativa de alimentos- era de 5,7% em 1998. Essa estimativa maior da pobreza extrema (indigência) pela escala “subjéitiva” não é surpreendente e está documentada na bibliografia internacional (Houriez & Legris 1998).

<sup>5</sup> De fato é o que mostram os valores de alguns coeficientes de associação: Cramer = 0,15; Coef.Contigência= 0,25 e Coef. Phi = 0,26.

**Tabela 5: Escala de pobreza auto-declarada e pobreza como insuficiência de renda Região Metropolitana de São Paulo 1998 (em %)**

	(1)	(2)	(3)	(4)	Total
Indigentes	17,1	11,9	4,5	4,5	5,7
Vulneráveis à indigência	21,9	14,8	12,2	10,2	12,6
Menos vulneráveis à indigência	17,6	21,2	9,0	13,4	14,7
Não vulneráveis	43,4	52,1	74,3	71,9	67,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(1) situação crítica; (2) situação precária; (3) em dificuldades; (4) sem dificuldades

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida

Mas em uma perspectiva programática, para formulação de políticas públicas focalizadas para a questão da pobreza, *qual das cifras acima seria mais apropriada para dimensionar a pobreza extrema ?* Deve-se considerar como não sendo pobre alguém que, a despeito de seus baixos rendimentos ou precárias condições materiais de vida, sente-se satisfeito com sua situação pessoal, ou ao contrário, considerar como pobre alguém que esteja descontente com seu padrão atual de consumo de bens e serviços, mas que dispõe de rendimentos elevados ou padrão de vida acima da média ?

De modo geral, as medidas de pobreza e outros indicadores sociais quaisquer baseados em informações objetivas (como renda, eventos vitais, etc) parecem gozar de maior *status* de confiabilidade por parte de pesquisadores e usuários que as derivadas de quesitos de opinião ou avaliação subjetiva. Indicadores subjetivos seriam mais suscetíveis a problemas de captação ou declaração não consistente por parte do declarante (Carley 1985). Argumenta-se que, em uma situação como a aqui considerada, o declarante tenderia a se manifestar em uma condição pior da que a efetivamente vivenciada a fim de se beneficiar de uma eventual política pública ou benefício a ser implementado. Ademais, a declaração estaria sujeita a padrões de referência não comparáveis entre a população: um chefe de família com rendimentos muito baixos poderia se declarar com condições de adquirir uma cesta de

alimentos pelo fato de que suas expectativas e necessidades de consumo fossem também muito frugais; um chefe de família com rendimentos mais elevados poderia se declarar insatisfeito com seu nível de consumo pelo fato de que seu padrão mínimo contempla necessidades e aspirações mais abrangentes. Sem negar a factibilidade destas situações, vale lembrar que, no caso específico deste estudo, como já se observou antes, os quesitos empregados na construção do indicador de pobreza auto-declarada na PCV parecem bastante “objetivos”, estimulando uma resposta afirmativa ou não a um questionamento muito concreto (*No mês passado, os rendimentos recebidos pelos moradores deste domicílio foram suficientes para cobrir as despesas com alimentação ?*).

Outro aspecto a considerar é que as escalas de pobreza baseadas em linhas de indigência e de pobreza monetárias não são tão isentas de “subjetivismos” como se supõe. Na realidade, como mostram diversos trabalhos na área, a construção de indicadores de pobreza como insuficiência de renda está sujeita a várias escolhas subjetivas de parâmetros “objetivos” por parte dos pesquisadores. Não é por outra razão que se têm diversas estimativas da população indigente e pobre no país, para uma mesma região e período, fornecido, às vezes, por pesquisadores de mesma instituição. Como extensamente discutido, diferentes composições de cestas básicas, medidas e conceitos de renda familiar e índices de correção de preços dos produtos da cesta básica podem levar a diferentes estimativas da indigência (Seade 1992b, Bussab & Jannuzzi 1996, Jannuzzi 1997, Rocha 1998, Seade 1998). De fato, em um estudo de simulação das diferentes sugestões da *National Academy of Sciences* para aprimoramento da medição de pobreza (como insuficiência de renda) nos EUA, chegou-se a estimativas de 11,1 % a 16,3 % de proporção de população pobre, um intervalo significativo de variação em torno da taxa de pobreza obtida pela linha oficial de 13,3 % calculada pelo *Census Bureau* em 1997 (US Census Bureau 1999).

Os resultados da tabela 6, onde se apresenta algumas simulações de nível de indigência a partir de diferentes índices de preços e composição de cestas básicas para a Região Metropolitana de São Paulo em 1998 também deveriam servir de contraprovas à pretensa “objetividade” dos indicadores construídos a partir de linhas monetárias de indigência e pobreza. Como se pode verificar, chega-se a estimativas de 4,4 % a 8,2% de famílias indigentes na região no período, um intervalo de variação significativo em torno da

estimativa apresentada anteriormente em Jannuzzi (2000) de 5,7%, sobretudo se se considerar o volume populacional a que estas cifras se referem<sup>6</sup>. A cesta de alimentos simplificada, que proporciona os mesmos 2.300 calorias diárias por pessoa que a cesta básica da CEPAL para a RMSP (anexo 2), mas com um número menor de itens – menor variedade de frutas e produtos industrializados – tem um custo cerca de 8 a 13 reais menor ao longo da década de 90. A escolha de um ou outro índice de preços, a modificação da cesta básica, retirando produtos de maior custo por caloria proporcionada e compensando com outros produtos mais baratos não são, pois, decisões metodológicas propriamente isentas do subjetivismo dos pesquisadores ou formuladores de políticas<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> Uma cifra de 1% da população metropolitana corresponde a mais de 150 mil pessoas.

<sup>7</sup> Há ainda uma questão não tratada aqui mas igualmente importante: o que fazer com as famílias com renda não declarada ou renda nula? Famílias com renda não declarada ( mais de 20% das famílias entrevistadas em 1998 na RMSP) parecem situar-se na porção inferior da escala de renda (ainda que não na base), já que a maior parte destes casos decorrem da não informação da renda do trabalho do autônomo. Como os mecanismos de imputação de renda são extremamente complexos, preferiu-se retirá-las na análise da indigência e pobreza “ objetivas” apresentada em Jannuzzi (2000). As famílias com renda nula correspondiam a cerca de 3% das famílias na RMSP em 1998. Supondo que o levantamento de informações de renda foi exaustivo faria sentido em incluí-las como parcela adicional entre os indigentes. Contudo, em Jannuzzi (2000), por suspeitar da existência de alguma transferência não monetária em bens para estas famílias, preferiu-se também retirá-las da análise. Assim, nas estimativas de indigência e pobreza obtidos através de linhas normativas há outras questões metodológicas não triviais, cujos encaminhamentos podem ser diversos e por isso, questionáveis por ou outro pesquisador.

**Tabela 6: Proporção de indigentes segundo diferentes cestas básicas e formas de valoração da mesma Região Metropolitana de São Paulo 1998 (em %)**

Critério(1)	(1)	(2)
1 Custo da cesta Cepal de 63 produtos, atendendo os requerimentos de 2.300 cal/dia/pessoa, valorada a preços de produtos levantados em setembro de 1998	62,26	5,7
2 Idem a 1, mas tomando o custo da cesta em julho de 1994 e atualizando seu valor para setembro de 1998 segundo variação do Índice Geral do ICV-DIEESE	73,15	8,2
3 Idem a 1, mas tomando o custo da cesta em julho de 1994 e atualizando seu valor para setembro de 1998 segundo variação do Índice Geral do IPC-FIPE	69,46	7,8
4 Idem a 1, mas tomando o custo da cesta em julho de 1994 e atualizando seu valor para setembro de 1998 segundo variação do Índice setorial de Alimentos do IPC-FIPE	57,62	5,0
5 Custo da cesta Cepal simplificada com 38 produtos, atendendo os requerimentos de 2.300 cal/dia/pessoa, valorada a preços de produtos levantados em setembro de 1998	53,92	4,4

(1) Vide anexos 1 para detalhamento sobre composição e custo da cesta de alimentos; (2) valor da linha de indigência em abril de 1998; (3) porcentagem de indigentes na RMSP em 1998

Seja em uma ou outra perspectiva analítica, há problemas metodológicos não triviais que dificultam uma resposta simples e direta ao questionamento acerca da cifra mais apropriada para estimar a pobreza extrema para fins de formulação de políticas. Na realidade, como tantas outras situações na esfera pública, as decisões de política social não se baseiam apenas em critérios técnicos, mas sobretudo do embate de posições e idéias dos diversos agentes envolvidos no processo de formulação, implementação e legitimação das políticas públicas no país. Garantido o rigor metodológico, apontadas as limitações de uma ou outra opção técnica, a decisão final é, sobretudo, política.

### **Considerações finais**

Vêm ganhando interesse no Brasil os estudos de pobreza baseados na avaliação subjetiva por parte das famílias acerca das suas condições de vida e da suficiência do nível atual da renda familiar. Este trabalho é uma tentativa preliminar de explorar as informações levantadas para a RMSP em 1998 através da Pesquisa de Condições de Vida e avançar na discussão sobre a validade e relevância desta abordagem analítica, frente a outros programas de pesquisa concorrentes que tem orientado os estudos sobre pobreza no país.

Como se mostrou nas seções precedentes, em que pese a limitação das informações coletadas na PCV/98, foi possível construir um indicador de pobreza auto-declarada com alguma consistência metodológica e substantiva. Certamente que em uma próxima replicação da pesquisa estes quesitos precisariam ser modificados, contemplando um maior número de despesas e gradação da dificuldade de pagamento. Seria interessante também incorporar quesitos com caráter mais avaliativos, como os empregados na Pesquisa de Padrão de Vida do IBGE. As informações levantadas nessa possibilitam estratégias de análise mais ricas e construção de indicadores mais adequados para caracterização do fenômeno da pobreza “subjetiva” ou “auto-declarada”. Pode-se, por exemplo, definir um indicador de pobreza “subjetiva” pela comparação entre a renda familiar disponível e as diferentes medidas de renda média mensal declaradas pelo chefe (renda mínima para sobrevivência de uma família de 4 pessoas, renda necessária para manutenção de sua família, renda suficiente, etc). Ou ainda pode-se adotar na construção do indicador a auto-avaliação do chefe com relação à adequação da renda familiar disponível ou sua avaliação com relação aos diferentes aspectos das condições de vida (educação, saúde, etc) de sua família.

A incorporação de aspectos subjetivos, avaliativos ou opinativos sobre as condições de vida e pobreza pode trazer elementos importantes para análise dessas dimensões socioeconômicas. Ainda que de forma não trivial e não plenamente compatível com os demais enfoques, estas análises de pobreza subjetiva podem oferecer uma perspectiva adicional para os diagnósticos voltados à formulação de políticas sociais de combate a

pobreza no Brasil. Para isso é necessário que novos estudos aprofundem os aspectos aqui preliminarmente abordados.

---

SUBJECTIVE POVERTY INDICATORS: COMMENTS AND RESULTS FOR  
SAO PAULO METROPOLITAN AREA IN 1998

**Abstract:** *since the eighties, different approaches have been used to analyze and to measure the poverty levels in Brazil. These studies can be classified into three different perspectives: the investigations based on the assumption that poverty is an expression of the lack of enough income for consumption of a basket of products and basic services; the analyses anchored in the perception of the poverty as the non satisfaction of the individuals' monetary and non monetary basic needs; and finally the studies that take the poverty as phenomenon of relative privation and not absolute privation of income or of other socioeconomic dimensions. Besides those analytic approaches, it begins to get more important inside Brazilian research institutions the poverty studies based on the construction of subjective indicators of poverty, based on the opinion of householders on their live conditions. As a contribution to subsidize the debate on this new approach of poverty studies, this paper aims to present some results concerning the declared poverty condition, based on the data collected in 1998 in Sao Paulo Metropolitan Area by the Living Conditions Survey (PCV) and compare the subjective indicator to other "more objective" dimensions of the phenomenon.*

**Key-words:** *poverty; social indicators; living conditions ; São Paulo Metropolitan Area*

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ÁRIAS, A. **A evolução recente da renda domiciliar per capita nas 6 maiores regiões metropolitanas e seus efeitos sobre a extrema pobreza.** Brasília: IPEA, 1996 (mimeo).
- BARROS, R.P. *et al.* **Os determinantes da desigualdade no Brasil.** Rio de Janeiro, IPEA, 1995 (Texto para discussão 377).

- BECCARIA, L. et al. Poverty measurement: present status of concepts and methods. . CEPAL. **Poverty Statistics**, Santiago, p.9-35, 1998.
- BUSSAB, W.O & JANNUZZI, P.M. Convergências e divergências entre índices de preços: uma análise comparativa entre o ICV-DIEESE e o IPC-FIPE em 1990-1993. **Anais da IV Conferência Nacional de Estatística**. Rio de Janeiro, IBGE, maio de 1996.
- CARLEY, M. **Indicadores sociais: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- CEPAL. **Panorama social de America Latina**. Santiago, 1996.
- DINI, N.P. *et al.* Renda familiar e distribuição de renda na RMSP nos anos 90: evolução conjuntural e seus determinantes. **Anais do IV Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, Belo Horizonte**, ABET, v.1, p.203-238, 1999.
- DIENER, E. & SUH, E. Measuring quality of life: economic, social and subjective indicators. **Social Indicators Research**, 40: 189-216, 1997.
- ECKERSLEY, R. The state and fate of nations: implication of subjective measures of personal and social quality of life. **Social Indicators Research**, 52:3-27, 2000.
- EUROSTAT. Income distribution and poverty in EU12-1993. In: CEPAL. **Poverty Statistics**, Santiago, p.169-182, 1998.
- FALL, Madior *et al.* Poverty in Slovakia and in France: a comparison. **Meeting of the expert group on poverty statistics (Rio group)**. Rio de Janeiro, maio/1998.
- FERES, J.C. & LEÓN, A. Magnitud de la pobreza en América Latina en los años ochenta. **Revista de la CEPAL**, Santiago, n. 41, p.139-158, 1990.
- HOFFMANN, R. & KAGEYAMA, A. A distribuição de renda no Brasil entre famílias e pessoas em 1970 e 1980. **Anais do 12 Encontro Nacional de Economia**. São Paulo: ANPEC, 1984.
- HOFFMANN, R. Desigualdade e pobreza no Brasil no período 1979/97 e a influência da inflação e do salário mínimo. **Economia e Sociedade**, Campinas, 11:199-221, dez/1998.
- HOURIEZ, J. & LEGRIS, B. The monetary approach to poverty. **Meeting of the expert group on poverty statistics (Rio group)**. Rio de Janeiro, maio/1998.
- IPEA. **Mapa da fome**. Brasília, 1990

- JANNUZZI, P.M. Evolução da renda e pobreza na Grande São Paulo nos anos 90: Evidências empíricas e outros subsídios para formulação de políticas de combate à indigência. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, 12(2):14-43, 2000.
- JANNUZZI, P.M. Renda e estrutura de despesas familiares no Estado de São Paulo: resultados de pesquisa. PATARRA, Neide *et al.* **Migração, Condições de vida e Dinâmica Urbana**. Campinas, FAPESP/IE/UNICAMP, p.319-353, 1997.
- JANNUZZI, P.M. **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. Campinas: Alínea/PUC-Campinas, 2001.
- LOPES, J.B. Estudo sócio-econômico da indigência e da pobreza urbanas. **Cadernos de Pesquisas NEPP/UNICAMP**, 25, 1993.
- LUSTOSA, T. & FIGUEIREDO, J.B. Pobreza no Brasil: métodos de análise e resultados. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, 20:353-380, 1990.
- LUSTOSA, T. & LANDEN, M. **Uma abordagem da pobreza: necessidades básicas insatisfeitas**. Rio de Janeiro, IBGE, 1998 (mimeo).
- MAGALHÃES, M.A E. Questão social e análise econômica no Brasil: 1960/1980. **Planejamento e Políticas Públicas**, 9: 169-200, 1993.
- NEPP. **Estratégias para combater a pobreza no Brasil: programas, instituições e recursos**. Campinas: UNICAMP, 1994 (Relatório final ).
- PNUD. **Economia popular: uma via para el desarrollo sin pobreza en America Latina**. Bogotá, 1991.
- RAVELOSOA, Rachel. Les indicateurs de pauvreté subjective: quel intérêt ? **Statistique, Développement et Droite de l'Homme**. Montreaux, setembro, 2000.
- ROCHA, S. Linhas de pobreza para regiões metropolitanas na primeira metade da década de 80. In ANPEC. **Anais do Encontro Nacional de Economia**. Belo Horizonte, ANPEC, 1988.
- ROCHA, S. Renda e pobreza: os impactos do Plano Real. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v.13,n.2,p.117-134, 1996.
- ROCHA, Sonia. Renda e pobreza: medidas per capita versus adulto-equivalente. **Meeting of the expert group on poverty statistics (Rio group)**. Rio de Janeiro, maio/1998.
- SEADE. **Pesquisa de Condições de Vida: principais resultados**. São Paulo, 1992a.
- SEADE. **Pesquisa de Condições de Vida: renda**. São Paulo, 1992b.

- SEADE. **Pesquisa de Condições de Vida: uma abordagem multi-setorial.** São Paulo, 1992c.
- SEADE. **Pesquisa de Condições de Vida 1994: primeiros resultados.** São Paulo, 1994.
- SEADE. **Pesquisa de Condições de Vida 1998: primeiros resultados.** São Paulo, 1998.
- U.S. CENSUS BUREAU. Experimental poverty measures. **Current Population Reports**, Washington, P60-205, 1999.

### **Anexo 1: Quesitos empregados para construção de indicador de pobreza auto-declarada**

---

Questões usadas por Fall *et al.* (1998) para estudo comparado na França e Eslovênia

- Sr(a) acha que sua situação piorou nos dois últimos anos ?
- Os rendimentos auferidos pelo Sr(a). e sua família lhe permite viver só com dificuldade ou muita dificuldade?
- Sua situação financeira atual lhe obriga a ficar devendo alguma conta ou despesa?
- Os rendimentos auferidos são mais baixos ou igual ao montante mínimo necessário para cobrir as despesas mensais ?
- Algumas vezes o Sr(a) tem que adiar pagamento do seu aluguel ou de outras contas de manutenção do domicílio ?
- Algumas vezes o Sr(a) e sua família tem que adiar pagamentos de outras contas ?

Quesitos citados em pesquisa do Eurostat (1998) para estudo comparado nos países europeus

O Sr(a) e sua família dispõe de recursos suficientes ou têm dificuldades para:

- Comprar roupas e sapatos ?
- Manter a casa em uma temperatura adequada ?
- Pagar contas de manutenção do domicílio ?
- Comprar carne, frango ou peixes com regularidade ?
- Comprar alimentos básicos ?
- Pagar uma semana de férias fora de casa uma vez por ano ?
- Trocar mobiliário velho ou quebrado ?
- Receber amigos e familiares ?
- Financiar as despesas com educação dos filhos ?
- Garantir as despesas com atividades culturais ?

Quesitos levantados na Pesquisa de Padrão de Vida do IBGE em 1996 para Regiões Nordeste e Sudeste

- Na sua opinião, qual seria a menor renda mensal que uma família de 4 pessoas (casal e dois filhos) precisaria para sobreviver?
  - Considerando a sua família, qual a menor renda mensal necessária para cobrir gastos com alimentação ?
  - Em relação a sua família, qual seria a menor renda mensal necessária para cobrir todas as despesas com sua manutenção?
  - Na sua opinião, a renda total de sua família permite que vocês levem a vida com:
  - Dificuldade, Um pouco de dificuldade ou Facilidade
  - Levando em conta a situação atual de sua família, qual a renda mensal que você consideraria:
  - Boa: \_\_\_\_\_ Suficiente: \_\_\_\_\_ Insuficiente: \_\_\_\_\_ Ruim: \_\_\_\_\_
-

(continua)

(continuação)

**Anexo 1: Quesitos empregados para construção de indicador de pobreza auto-declarada**

---

- Como avalia (na escala muito boa,boa,regular,ruim,muito ruim) as condições de vida dos moradores deste domicílio em relação à (separadamente): Educação, Saúde, Habitação, Segurança Pública, Lazer, Alimentação, Vestuário, Emprego, Transporte
- Se pudesse melhorar as condições de vida dos moradores deste domicílio, que grau de importância (na escala muito importante, importante, pouco importante, sem importância) atribuiria a cada um dos itens seguintes (separadamente): Educação, Saúde, Habitação, Segurança Pública, Lazer, Alimentação, Vestuário, Emprego, Transporte

Quesitos levantados na Pesquisa de Condições de Vida da F.SEADE em 1998 para RMSP

No mês passado, os rendimentos recebidos pelos moradores deste domicílio foram suficientes para:  
(sim/não/não se aplica/ não sabe)

- Cobrir as despesas com alimentação ?
  - Pagar o aluguel ou a prestação da moradia ?
  - Pagar as contas de água, luz e gás.
  - Pagar as prestações do carro, televisão, geladeira, fogão ou outro bem comprado a prazo?
-

## Anexo 2

## COMPOSIÇÃO DAS CESTAS BÁSICAS DE ALIMENTOS PARA RMSP USADAS NA SIMULAÇÃO

Cesta ampliada			Cesta simplificada			(2 / 1)
Itens	(1)	% valor	Itens	(2)	% valor	
Arroz	111,78	3,8%	Arroz polido	119,39	5,3%	6,8
Feijão	33,35	1,4%	Feijão rajado	32,86	2,4%	-1,5
Farinha de Trigo	13,47	0,5%	Farinha de trigo	15,60	0,8%	15,8
Macarrão c/ Ovos	15,8	1,2%	Macarrão com ovos	22,10	2,1%	39,9
Batata	40,66	1,4%	Batata Inglesa	37,17	1,8%	-8,6
Tomate	18,11	0,8%	Tomate	20,34	1,2%	12,3
Cebola	15,41	0,9%	Cebola	18,09	0,7%	17,4
Açúcar	72,15	2,4%	Açúcar refinado	102,54	4,0%	42,1
Alface	7,53	1,0%	Alface	9,47	1,3%	25,8
Repolho	4,18	0,2%	Repolho	6,00	0,3%	43,5
Banana d'água	32,03	1,8%	Banana D'água	33,47	1,9%	4,5
Laranja Pera	60,91	1,6%	Laranja pêra	72,91	2,0%	19,7
Maça	7,77	1,0%	Maça	8,16	1,2%	5,1
Alcatra	9,91	2,7%	Alcatra	6,66	1,9%	-32,8
Chá de Dentro	13,43	3,1%	Chá de dentro	14,84	3,6%	10,5
Patinho	6,81	1,6%	Patinho	9,84	2,3%	44,5
Acém	24,19	3,6%	Acém	18,52	2,9%	-23,4
Sardinha	3,48	0,4%	Peixe inteiro sardinha	3,55	0,4%	2,1
Filé de Peixe	0,25	0,1%	Peixe inteiro pescada	1,48	0,4%	491,3
Presunto	2,54	1,4%	Carne seca	1,46	0,4%	-42,6
Salsicha	2,81	0,8%	Salsicha (varejo )	2,06	0,5%	-26,8
Linguiça	4,66	1,1%	Linguiça (varejo )	4,09	1,1%	-12,3
Frango	49,78	3,8%	Frango abatido	40,94	3,6%	-17,8
Ovos	24,08	1,4%	Ovo de galinha	25,17	2,4%	4,5
Leite Pasteurizado	239,54	9,3%	Leite pasteurizada	245,65	11,4%	2,5
Pão Francês	60,01	6,6%	Pão francês	76,72	12,0%	27,8
Margarina	5,72	1,2%	Margarina	5,44	1,3%	-4,9
Óleo de Soja	34,21	1,9%	Óleo de soja	32,88	1,9%	-3,9
Refrigerante	45,13	3,8%	Refrigerante Coca Cola	25,47	2,6%	-43,6
Café em Pó	10,44	3,7%	Café moído	12,27	3,9%	17,5
Cerveja	12,09	1,3%	Cerveja	12,47	1,5%	3,2
Azeitona	0,95	0,3%	Azeitona preta	0,60	0,2%	-36,7
Ervilha em lata	1,14	0,2%	Ervilha em	0,94	0,2%	-17,6
Palmito em conserva	0,31	0,2%	Palmito em conserva	0,43	0,4%	39,5
Sardinha em Lata	1,11	0,3%	Peixe sardinha em lata	1,13	0,4%	1,5
Massa de Tomate	5,07	0,9%	Massa de tomate	12,11	2,6%	138,8
Alho	1,35	0,4%	Alho	2,76	0,9%	104,2
Alimentação fora	149,06	21,0%	Alimentação fora	177,00	16,3%	18,7
<b>Sub-total</b>	<b>1141,22</b>	<b>89,2%</b>	<b>Total</b>	<b>1232,58</b>	<b>100,0%</b>	<b>8,0</b>
<b>Valor energético (cal) : 2287</b>						

(1) gramas por pessoa por dia; (2) gramas por pessoa por dia

(continua)

(Continuação)

**COMPOSIÇÃO DAS CESTAS BÁSICAS DE ALIMENTOS PARA RMSP USADAS NA SIMULAÇÃO**

Cesta ampliada			Cesta simplificada			(2 / 1)
Itens	(1)	% valor	Itens	(2)	% valor	
Chocolate em barra	0,28	0,1%				
Vagem	1,4	0,2%				
Couve Flor	1,89	0,2%				
Cenoura	8,34	0,4%				
Cheiro Verde	2,03	0,4%				
Fubá	7,77	0,3%				
Chuchu	3	0,1%				
Pimentão	2,74	0,2%				
Limão	3,85	0,5%				
Tangerina	9,17	0,5%				
Abacaxi	8,18	0,5%				
Mamão	11,89	0,9%				
Sorvete	0,67	0,2%				
Contra Filé	2,93	0,8%				
Queijo Prato	1,51	0,7%				
Leite Condensado	3,09	0,5%				
logurte	4,16	1,1%				
Queijo Mozzarella	1,14	0,5%				
Biscoito Salgado	3,12	0,5%				
Biscoito Doce	3,82	0,7%				
Pão Doce	2,1	0,4%				
Pão de Forma	3,77	0,4%				
Maionese	1,51	0,4%				
Sal	12,62	0,2%				
Camarão	0,27	0,1%				
<b>Sub-total</b>	<b>101,25</b>	<b>10,8%</b>				
<b>Total</b>	<b>1242,47</b>	<b>100,0%</b>				

(1) gramas por pessoa por dia; (2) gramas por pessoa por dia